



# Menos escalões vai implicar aumento do IRS

**Reforma.** Fiscalistas não têm dúvidas de que a reformulação dos escalões do IRS está a ser feita para permitir um aumento da receita. Passos Coelho já avisou de que não há margem para aliviar a carga fiscal

LUCÍLIA TIAGO

A "significativa" redução dos escalões de IRS irá traduzir-se numa subida da carga fiscal para muitos contribuintes. Esta é a convicção dos fiscalistas, que apontam 2013 como o ano desta mudança.

A simplificação do IRS através da redução de deduções e do número de escalões consta do programa do Governo, tem vindo a ser replicada nos Documentos de Estratégia Orçamental e foi ontem reafirmada pelo secretário de Estado dos Assuntos Fiscais. Durante uma audição na Assembleia da República, Paulo Núnzio salientou que Portugal tem "hoje um número de escalões que não existe noutros países europeus" e sinalizou que a reforma fiscal que será feita nesta legislatura irá implicar uma "significativa redução" daqueles escalões.

Quando o IRS foi criado, existiam cinco escalões. Atualmente existem oito, tendo este acréscimo sido feito sobretudo através do dobro do dobro dos patamares de rendimento mais elevados com taxas de tributação mais altas.

A derrapagem no nível de receita fiscal que tem vindo a observar-se nos últimos meses e as declarações do primeiro-ministro que ontem veio dizer taxativamente de que a situação do País não permite "qualquer alívio na carga fiscal" e que "ninguém deseja mais impostos, mas não se pode excluir nenhuma decisão" veio reforçar a convicção da generalidade dos fiscalistas de que esta redução dos es-

calões irá traduzir-se numa subida da carga do IRS para muitos contribuintes. Quanto e quantos é um exercício impossível de fazer sem serem conhecidos os novos escalões, taxas e intervalos.

"Não acredito que isto não esteja previamente estudado no sentido de não aumentar a carga fiscal, porque não estamos numa lógica de reduzir impostos", observa o bastonário da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas alertando que esta mudança poderá afetar sobretudo aqueles rendimentos que estão nas zonas marginais e que hoje pagam uma taxa mais baixa, mas que poderão sofrer um agravamento se forem "aglutinados" no escalão seguinte.

Também Maria Figueiredo, da Miranda, Correia e Amendoeira,

acredita que esta reforma não vai ser feita para reduzir a receita fiscal. No limite, e como as taxas são aplicadas ao rendimento por "fatias", poderá haver uma parte deste (a mais reduzida) a pagar uma taxa mais baixa.

No esquema atual, de oito escalões, o primeiro contempla os rendimentos até 4898 euros, sendo-lhe aplicada uma taxa de 11,5%, enquanto o último abrange os rendimentos superiores a 153 300 euros, suportando estes uma taxa de 46,5% (acrescida de uma sobretaxa de 2,5% a aplicar em 2012 e 2013). Uma comparação com outros países da UE mostra que apenas a Grécia tem mais escalões (9), contando-se 4 na Alemanha, 7 no Luxemburgo, 5 em França e 2 na Irlanda. Em média, o número de escalões na UE ronda os 3,4, o que indicia que Portugal deverá ficar com 4 ou 5.

## OUTRAS MEDIDAS

### FATURAS

► **Guardar** Os contribuintes que pretendam abater ao seu IRS parte do IVA pago nos restaurantes, oficinas ou cabeleireiro só terão de guardar (por quatro anos) as faturas se elas não constarem na sua conta-corrente, se deada no Portal das Finanças.

### ORERT III

► **Último** O terceiro mais recente perdão fiscal aos rendimentos escondidos no exterior rendeu 250 milhões de euros, mas foi o último, diz Paulo Núnzio.

### PS faz propostas

Como durante já tinha acontecido em maio, o PS voltou ontem a entregar aos representantes da *troika* um documento com as propostas socialistas. Seguro quer que o IVA da restauração volte a baixar para os valores de 2011 e a renegociação dos juros que o Estado português paga à *troika* – reforçando-se a intervenção do BCE para substituir a banca comercial como entidade que vende dívida. O líder do PS quer também que dos 12 mil milhões destinados à recapitalização da banca, três mil sejam destinados a financiar pequenas e médias empresas. Seguro alertou sobretudo a *troika* para os números do desemprego. **com J.P.H.**



"Ninguém deseja mais impostos, mas não se pode excluir nenhuma decisão"

## Fisco atento a descidas nos pagamentos automáticos

**FISCALIZAÇÃO** As empresas que desistiram de ter terminais de pagamento automático ou que estão a registar quebras significativas nas transações realizadas através destes equipamentos vão ser consideradas prioritárias nas inspeções do fisco. A partir de 2012, os bancos passaram a ter de comunicar à administração fiscal todos os movimentos a crédito ou a débito realizados através dos terminais de pagamento automático (também conhecidos por POS). Esta mudança, conhecida em janeiro e com aplicação prática desde julho, terá levado muitas empresas a desistir de aceitar pagamentos por aquela via.

O aviso foi ontem dado pelo secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, durante uma audição no Parlamento, e surgiu na sequência

de uma questão colocada pelo deputado do PS Pedro Nuno Santos de que o número de pagamentos a débito e crédito através destes equipamentos estaria a diminuir.

"As situações de empresas que durante o ano de 2012 deixaram de usar os terminais de pagamento automático e aquelas em que houve uma redução significativa destas transações serão considerados um fator acrescido para a fiscalização destas empresas", salientou Paulo Núnzio acentuando que esta medida, que entrou em vigor em julho, permitirá e facilitará o cruzamento de informações. Paulo Núnzio referiu ainda que haverá necessidade de verificar se essa redução tem que ver com tentativas dos comerciantes em "evitar a taxa cobrada pelos bancos ou se é mais do que isso". **L.T.**